

Ata Circunstanciada da 93ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA CIRCUNSTANCIADA DA 93ª (NONAGÉSIMA TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023.	
INÍCIO ÀS 15H16MIN	TÉRMINO ÀS 17H27MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Declaro a aberta a presente sessão ordinária desta terça-feira, 24 de outubro de 2023, às 15 horas e 16 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o nobre deputado Iolando a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

DEPUTADO IOLANDO – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Cumprimento as senhoras e os senhores deputados, todos os presentes no plenário e na galeria.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, as seguintes atas de sessões anteriores:

- [Ata Sucinta da 91ª Sessão Ordinária](#), do dia 18 de outubro de 2023;
- [Ata Sucinta da 92ª Sessão Ordinária](#), do dia 19 de outubro de 2023.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovadas sem observações as atas mencionadas.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao nobre deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, em primeiro lugar, quero saudar o pessoal da galeria, há muita gente esperando a nomeação para a Polícia Civil. (Palmas.) Saúdo também os enfermeiros e generalistas. A saúde está precisando muito de servidores contratados. A segurança também precisa para que a população possa efetivamente ter segurança, coisa que anda rara em função do número escasso de servidores.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, quero falar de um assunto que creio que incomoda a todos nós brasileiros. Eu quero falar dessa ação nefasta promovida pela Abin, a Agência Brasileira de Inteligência, que hoje pode ser batizada de “agência da arapongagem”, na época do governo do Capitão Capioto. São milhares, cerca de 30 mil pessoas que foram monitoradas ilegalmente pela Abin. Isso que foi feito é crime!

Há amplas matérias dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo* que dão conta de toda essa arapongagem feita pela Abin. Começaram ouvindo, de maneira ilegal, o ministro Alexandre de Moraes, mas, junto com o ministro Alexandre de Moraes, 30 mil pessoas foram monitoradas pela Abin clandestinamente, de maneira criminoso.

É preciso que o governo federal aja, e ele está agindo. A Polícia Federal está investigando para valer e depois a justiça irá aplicar as punições nesses criminosos que praticaram esse tipo de crime inominável contra a sociedade brasileira.

Dito isso, senhor presidente, também quero tratar de outro assunto. A maioria dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil ficaram 4 anos, ou melhor, 6 anos sem nenhum tipo de reajuste salarial. Durante esse período, a energia elétrica no Brasil foi reajustada uma série de vezes. E agora, senhor presidente, nós fomos surpreendidos, no dia de ontem, com mais um aumento autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

É bom que se diga que a culpa do aumento dessa vez não é da Neoenergia, empresa de energia elétrica; dessa vez o aumento é culpa exclusiva da Agência Nacional de Energia Elétrica. Eu sempre fui crítico da criação dessas agências. Elas deveriam acabar porque não servem para absolutamente nada, a não ser para conceder aumentos absurdos, como foi esse concedido agora, encarecendo a energia em 10% nas nossas contas. Está um calor desgraçado em Brasília e as pessoas que têm ar-condicionado não poderão sequer utilizá-lo em função do reajuste concedido pela agência nacional.

O terceiro ponto que quero abordar no dia de hoje é que ontem, juntamente com o deputado Wellington Luiz, fizemos uma reunião muito importante na Rodoviária do Plano Piloto. Lá pudemos ouvir os permissionários da rodoviária, verificar a preocupação deles com a questão da privatização da rodoviária. Diante disso, asseguramos a aqueles trabalhadores e trabalhadoras que, no que depender deste parlamento, eles serão atendidos. Não vamos permitir que a rodoviária seja privatizada e que aqueles trabalhadores e trabalhadoras permissionários fiquem desatendidos. Portanto, nós queremos a permanência deles com preço justo – caso seja privatizada, porque a nossa luta é para que ela não seja. Precisamos que aqueles pais e mães de famílias que estão ali há anos sejam atendidos.

Obrigado. (Palmas.)

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Boa tarde a todos e a todas. Agradeço a presença de todos que estão aqui e, de maneira especial, a dos nossos futuros policiais civis. Todos sabem da minha relação com essa categoria, pois fui presidente do sindicato por 12 anos. Fui eleito no meu primeiro mandato, deputado Chico Vigilante, V.Exa. sabe disso e participou efetivamente da história dessa categoria, inclusive no histórico tiroteio. Sempre tive como norte jamais mentir para os meus colegas. Por isso, graças a Deus, todas as vezes em que me candidatei tive o apoio da categoria e fui eleito.

Hoje, vivemos uma dificuldade, são 900 colegas que fizeram o curso de formação... Brasília precisa deles, a polícia também precisa. Estamos discutindo com o governo a possibilidade de chamá-los ainda este ano. Claro que nós gostaríamos que chamassem todos os 900, mas eu não gosto de mentir para ninguém – já ouvi V.Exa., deputado Chico Vigilante, falar isso algumas vezes –, e essa é uma dinâmica desta casa. Então, nós temos alguns problemas que precisamos discutir, problemas orçamentários e financeiros, mas quero que vocês saibam que vocês têm o meu apoio integral. Só não me peçam para mentir para a categoria, para os colegas, porque isso eu não farei.

Na semana passada, eu estive com o governador, foi uma conversa dura, mas conseguimos arrancar o compromisso para chamar 200 agentes e 100 escrivães. É claro que não é o que essas pessoas estavam esperando, porque fizeram concurso, gastaram, muitas vieram de outros estados, e Brasília está precisando delas. O nosso efetivo está extremamente defasado, e nós precisamos mudar essa história.

Então, quero que vocês contem comigo. Eu vou pedir mais uma audiência com o governador para ver se conseguimos melhorar esses números. O governador ficou de anunciar pelo menos esses 300 concursados. Vamos ver como faremos para com os demais, se será possível chamar mais neste ano ou no início do próximo ano.

De igual maneira, os policiais penais foram pauta nesta reunião, ficando acertado que seriam chamados 100 policiais penais, o que também é muito aquém das necessidades. Conheço o sistema penitenciário como poucos e sei da situação sensível que vocês estão vivendo lá. Tenho conversado com o secretário para conseguirmos melhorar esses números.

Contem com o meu apoio! Podem ter certeza absoluta de que nós não vamos descansar enquanto vocês policiais civis e penais não forem todos nomeados.

Da mesma maneira os enfermeiros. Brasília deve muito à carreira da saúde. Faremos tudo

também da mesma maneira. Há colegas da área da saúde aqui que puxam essa bandeira. Estaremos juntos com vocês!

Agradeço a presença de todos. Vou tentar marcar uma reunião com o secretário Ney. Houve um colega que me abordou ali dizendo que existe um parecer técnico favorável. Eu gostaria que esse parecer chegasse a mim para que pudéssemos trabalhar com esses números. Podem ter certeza de que faremos o que for possível.

Muito obrigado.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, convido o deputado João Cardoso para fazer o uso da palavra. (Pausa.)

Eu gostaria de dizer aos parlamentares que ainda não tiveram oportunidade de falar com o pessoal da Caesb que há um projeto autorizativo – extremamente importante – de aquisição de recursos para investimento. Então, está ali o presidente da Caesb, Luís Antônio Reis; a Grazi, secretária-geral da Caesb, à disposição dos colegas para que possam tirar dúvidas. Não sei se o deputado Rogério Morro da Cruz e o deputado Joaquim Roriz Neto tiveram oportunidade; eu vi que o deputado Pepa conversou com eles agora – parabéns pelo Planaltina Esporte Clube!

Concedo a palavra ao deputado Pepa.

DEPUTADO PEPA (PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente, boa tarde a todos. Boa tarde, líder, tudo bem? Deus abençoe a todos vocês, deputados, deputadas, pessoal da saúde.

Olha que tenho vivido uma experiência nesta casa de “nomeia, nomeia, nomeia”. Que luta! Essa luta eu vivi de 1990 a 1994, quando eu estava nessa mesma angústia para ser nomeado como servidor público. Contem conosco, estamos nessa mesma batalha! Que Deus abençoe vocês.

Agradeço também a presença dos nossos amigos da imprensa, dos servidores da casa e de todos que nos acompanham.

Hoje, com muita alegria, subo a esta tribuna para parabenizar a Secretaria de Estado da Mulher, que tem rodado todas as cidades. O atendimento à mulher precisa ser efetivo. Parabenizo a secretária Giselle por tudo isso.

Hoje houve a inauguração do Espaço Acolher, deputado João Cardoso, em Sobradinho. Um espaço importante, lindo, de acolhimento não só à mulher, mas também ao homem. Esse equipamento faz parte da rede de proteção às mulheres, que conta com 8 unidades de acompanhamento psicossocial dos envolvidos em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher no DF.

É importante destacar que tanto as vítimas quanto os agressores podem procurar o local de forma espontânea ou serem encaminhados pelo Poder Judiciário.

Sabemos que a responsabilidade de combater a violência contra a mulher é de toda a sociedade. Por essa razão, estive nesse importante evento hoje pela manhã e reafirmo o compromisso desta casa com essa importante causa. Esta casa tem defendido essa causa da mulher, meu amigo e companheiro deputado Pastor Daniel de Castro, com veemência. Precisamos entender que vale a pena diminuirmos os índices de criminalidade contra a mulher, os feminicídios. O nosso compromisso, enquanto parlamentar atuante, é ouvir as demandas da comunidade, apresentar sugestões executivas e garantir recursos para que as ações aconteçam, ações positivas.

Agradecemos também a sensibilidade do governador Ibaneis e o compromisso da nossa vice-governadora, Celina Leão, e da secretária da mulher, Giselle Ferreira, pela importante iniciativa da inauguração do Espaço Acolher em Sobradinho.

Quero, por fim, agradecer aos meus pares que muito nos ajudam a construir uma cidade melhor e, desde já, coloco o nosso gabinete à disposição para continuarmos atuando em prol de todas as mulheres do Distrito Federal.

Muito obrigado. Deus abençoe a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pepa.

Quero registrar e agradecer a presença da deputada federal Tereza, que muito nos honra. A deputada está conosco no Outubro Rosa, o que muito nos honra.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, quero fazer, rapidamente, essa questão de ordem porque é muito importante estarmos olhando... Temos aqui, dentro da casa legislativa...

Cumprimento todos os policiais e enfermeiros que estão aqui pedindo que sejam nomeados servidores. Estivemos ontem com a secretária de saúde e daqui a pouco eu trarei os informes sobre essas nomeações para termos um serviço de qualidade.

Quero falar da minha honra de estar recebendo uma amiga parlamentar, uma deputada federal que esteve comigo na Câmara dos Deputados de 2019 a 2022. Ela é de Maceió, a deputada Tereza Nelma. Uma grande guerreira no enfrentamento ao câncer e na oportunidade de saúde para todas as pessoas. Nós estamos no Outubro Rosa e recebendo a visita da deputada, que hoje está na Secretaria Nacional de Aquicultura.

Convido todos vocês para que possamos ver a exposição que está acontecendo aqui na casa legislativa a respeito do Outubro Rosa.

O mais importante aqui é chamar a atenção de todas nós mulheres e dos homens para o autocuidado e para os exames preventivos. A cura é fundamental e é possível. Quando se consegue o diagnóstico precoce, 95% dos casos são de sucesso.

Mais uma vez, a Câmara Legislativa do Distrito Federal também traz a oportunidade de termos acesso à saúde. Juntamente com a secretária de saúde, Lucilene, estamos colocando mais mamógrafos no sistema de saúde, mas, principalmente, chamando a atenção das mulheres para o autocuidado.

Nós, mulheres, temos que olhar a importância do nosso papel na sociedade. Nós sabemos que o câncer não é algo só da mulher, mas a mulher é fundamental. Só existe sociedade se houver uma mulher da qual possamos cuidar. Então, é muito importante essa divulgação.

Muito grata, presidente, por esta oportunidade.

Quero registrar a presença da deputada federal Tereza Nelma, o que nos honra muito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Inclusive, se a senhora me permitir, vamos suspender a sessão por 5 minutos para passar a palavra à deputada, que muito nos honra, e cuja presença é muito importante para nós.

Peço licença aos colegas deputados para suspender a sessão por 5 minutos, porque eu acho importante ouvirmos a deputada, que está aqui nos prestigiando.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h45min, a sessão é reaberta às 15h51min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro reaberta a presente sessão.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Cumprimento todas as parlamentares presentes, os parlamentares, o nosso presidente deputado Wellington Luiz, todos que assistem a nós, aqueles que nos acompanham também na assessoria, aqueles que estão aqui no plenário, o pessoal da Polícia Civil, também os servidores públicos do Distrito Federal pela semana do servidor.

Presidente, eu começo falando da minha alegria por esta semana do servidor público. Como eu sempre falo, ele é o verdadeiro guardião do serviço público. Não somos nós os políticos, que passamos, não são os governantes e, sim, o servidor concursado, ele é o verdadeiro guardião do serviço público no Distrito Federal.

Hoje só quero parabenizar. Primeiro, eu quero parabenizar a nossa secretária de saúde, Lucilene Florêncio, que acatou um ofício que nós fizemos, o Ofício nº 660/2023, por meio do qual solicitamos celeridade na homologação do concurso de agente de vigilância ambiental em saúde, Avas – destaco que o sindicato está ali fora, acompanhando –, e também dos agentes comunitários de saúde, ACS.

Essas são as 2 especialidades da saúde que visitam as casas, que fazem o combate à dengue e cujo tempo dos contratos temporários está findando. Se não homologarem esse concurso agora, em novembro, e não convocarem esses servidores até dezembro, nós teremos dificuldade de convocá-los no ano que vem. E, assim, teremos dificuldade no combate à dengue e também a diminuição grande das visitas às pessoas que delas necessitam porque estão enfermas em suas residências. Então,

secretária Lucilene, meus parabéns!

Também agradeço àqueles do concurso de Avas e ACS que me procuraram. Eles fizeram o concurso e em 1 semana me procuraram para que pudéssemos provocar celeridade na homologação e, claro, na convocação desses servidores.

Agora já são 56 carreiras que estamos acompanhando em nosso gabinete. Fico feliz por ser servidor público também, de 2 carreiras – auditor fiscal e professor –, e colocar o nosso mandato a serviço de todos os servidores públicos do Distrito Federal.

Quero também agradecer a um grande amigo desta casa, o diretor do Detran, Takane. O diretor Takane já autorizou a convocação de concursados que estiveram conosco, 123 novos servidores do Detran. O Detran precisa desses servidores – não só de 123; acredito que o cadastro de reserva vai permitir que sejam chamados outros servidores. Assim, o órgão terá cada vez mais servidores em seus lugares e prestando o serviço público que é necessário para a população. Isso também foi resultado de um ofício que nós fizemos, o Ofício nº 361/2023, de quando os concursados nos procuraram. Fizemos a gestão disso também.

E, claro, agradecer ao Takane, que é o diretor do Detran, sem agradecer ao governador Ibaneis Rocha é difícil. Por quê? Porque ele também tem autonomia, tem gestão sobre os seus órgãos.

E também, senhor presidente, não posso deixar de citar V.Exa., que tem acompanhado todas as demandas dos servidores públicos. Para todas as que trago, as que chegam até mim, eu procuro V.Exa., que também é servidor público, policial. Eu as trago e V.Exa. tem sempre se colocado a nosso serviço. V.Exa. fala: “Deputado João Cardoso, toca! E o que precisar da Câmara Legislativa e de todos os deputados nós levaremos adiante.” Eu agradeço muitíssimo o excelente trabalho e apoio, deputado Wellington Luiz, que V.Exa. tem dado às carreiras do DF.

Quero falar também de uma outra situação, que foi o cancelamento de uma circular que a Secretaria de Educação tinha feito ontem à noite, a qual estava impedindo que o pessoal do contrato temporário trabalhasse na eleição dos diretores, sendo que os diretores que estão concorrendo já estão afastados. Isso atrapalhou toda a organização da eleição dos diretores, que está se aproximando.

Também oficiamos a secretária, entramos em contato com a secretária Hélvia, com o secretário executivo Isaías, por meio do Ofício nº 701/2023, e hoje cedo tivemos a grande notícia de que essa circular foi cancelada, porque ela ia inviabilizar a eleição dos diretores para todas as escolas do Distrito Federal. Então, mais uma vez, a secretária Hélvia – muito sensata – e o secretário executivo Isaías nos atenderam prontamente. Muito obrigado. A educação agradece.

Por fim, presidente, quero falar de uma luta que travamos há 3 anos com a carreira PPGE, a carreira de Assistência à Educação. Há 3 anos conhecemos e fomos acompanhando essa carreira, com muitas lutas, com muitas reivindicações. Conseguimos caminhar bastante. Fizemos, deputado Wellington Luiz – o senhor participou muito bem disso –, com que essa carreira ganhasse força. Essa carreira não era reconhecida, pois apenas olhávamos para o magistério – claro, a carreira principal da educação –, mas há essa outra carreira, que é a carreira PPGE.

Essa carreira começou a se unir, primeiro com a comissão de assistência à educação e também com o sindicato de assistência à educação. Fomos, juntos, criando essa força. Hoje, esse gigante acordou. Já houve uma greve que foi muito bem conduzida, tanto pelo sindicato, pela comissão, como pelo Governo do Distrito Federal. Quero aqui também enaltecer a condução do secretário Gustavo Rocha, que teve muita tranquilidade ao conduzir essa situação. A resolução foi ótima. Fico muito feliz.

Parabenizo todos vocês que são da carreira PPGE – assistentes da educação. Vocês, hoje, sabem o valor que têm. Vocês sabem que podem sempre ser reconhecidos e o serão. E digo mais: não é só isso que aconteceu agora; muitas outras conquistas virão. Já vamos entrar em contato com o governo para que essas conquistas continuem acontecendo. O deputado Wellington Luiz participou de toda a conversa, outros deputados participaram também. Mais uma vez, parabenizo o deputado Wellington Luiz, presidente da Câmara Legislativa, por estar conosco. Temos feito tudo isso graças a uma coisa que gosto muito: a comunhão, sem vaidade. O importante é o servidor público ser valorizado; o importante é a população do Distrito Federal ter o melhor serviço público.

Então, mais uma vez, coloco o mandato à disposição de vocês. Digo a vocês da carreira PPGE, da carreira de Assistência à Educação, o seguinte: só estamos começando com as melhorias, com a luta pela carreira e por cada um de vocês.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado João Cardoso. É um

prazer ter V.Exa. novamente conosco. Quero parabenizá-lo pelo excelente trabalho feito junto às carreiras, especialmente ao SAE. V.Exa. foi um guerreiro. Muito obrigado.

Quero agradecer e registrar a presença do presidente da Agenciauto, Neto. Neto, seja bem-vindo. Muito obrigado. Estaremos, se Deus quiser, daqui a pouco, votando projetos de interesse da sociedade, como você muito bem colocou e explanou. Venha sentar aqui conosco. Da mesma maneira, faço referência ao Cleber Pires, um amigo de muitos anos. Muito obrigado pela presença.

Quero registrar a presença do Marcelo Vaz, presidente da Seduh, que está aqui nos acompanhando para tirar todas as dúvidas com relação às emendas ao projeto que trata da lei de parcelamento do solo.

Dando continuidade, concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)

O deputado Joaquim Roriz Neto falará pela liderança do PL.

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de agradecer a Deus por este dia.

Quero cumprimentar todas as pessoas que estão nos acompanhando na galeria, todos os servidores públicos. Tenho certeza de que a luta dos servidores públicos é a luta de todos os parlamentares, porque entendemos o tanto que os servidores são essenciais para o funcionalismo do Distrito Federal. Apoiamos a causa de vocês. (Palmas.)

Senhor presidente, eu queria falar de um problema que infelizmente está atingindo várias cidades do Distrito Federal. Um problema relacionado aos nossos conselhos tutelares. Recentemente foram realizadas as eleições. Vimos e escutamos dos próprios conselheiros que eles estão extremamente sobrecarregados, atarefados. E vemos cada vez mais, nas redes sociais, nas mídias, os abusos contra as crianças e contra os adolescentes nessas cidades.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, foi criada a Lei nº 5.294, no dia 13 fevereiro de 2014, que estabelece que cada conselho deve atender até 100 mil habitantes. Nessa época, o DF tinha 31 regiões administrativas, hoje ele tem 35. O quadro de conselheiros dentro do Distrito Federal precisa ser reavaliado. Se fossemos respeitar a proporção de 1 conselheiro para cada 100 mil habitantes – que a meu ver ainda é pouco –, teria que ser criado um segundo conselho tutelar nas seguintes regiões administrativas: Aguas Claras, São Sebastião, Recanto das Emas, Guará. E deveria ainda ser criado um terceiro conselho tutelar nas regiões administrativas de Taguatinga, Plano Piloto e Samambaia.

Se pararmos para pensar, são 7 regiões administrativas que estão defasadas. Isso significa que 20% das nossas RAs estão carentes de conselheiros tutelares. Essas são as pessoas que estão ali para garantir que as crianças não sejam abusadas, que os adolescentes não sejam espancados dentro de casa.

Precisamos trabalhar em conjunto – todos os deputados –, e o momento para fazer isso é agora, durante a apreciação do plano orçamentário do ano que vem. Vamos trabalhar juntos para incluir no plano orçamentário a criação desses conselhos tutelares com objetivo de proteger as nossas crianças, os nossos adolescentes, e para entrarmos na normalidade da regra que existe: que é 1 conselheiro para cada 100 mil habitantes.

Vou contar com a ajuda da secretária de justiça, Marcela Passamani; vou contar com a ajuda do secretário de planejamento, Ney Ferraz; e, especialmente, preciso da ajuda do governador Ibaneis para fazer essa mudança acontecer para preservar ainda mais a vida das nossas crianças nesta cidade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, deputado Joaquim Roriz Neto.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante. Antes, quero agradecer a V.Exa., deputado Chico Vigilante, pelo encaminhamento ontem na rodoviária. Acho que esse é o papel do parlamentar. Eu vi as bases de V.Exa. Esse é o nosso papel antes de tomarmos decisões, independentemente de posições ideológicas. Primeiro, quero agradecer a V.Exa. pelo convite, depois parabenizo V.Exa. pelo encaminhamento. Muito me honrou aquele trabalho que V.Exa. fez ontem.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, presidente.

Quero registrar a presença do senhor Luís Antônio Almeida Reis, presidente da Caesb, Distrito Federal. Ele está com uma missão importante: convencer os deputados da importância do projeto que

trata do empréstimo que a Caesb irá contrair de um banco alemão. Ele me dizia que a luta dele é para que essa autorização – que tem de passar por esta casa e, depois, pelo Senado Federal, a pedido do governo alemão – seja aprovada, para que, no dia 4 de dezembro, eles possam assinar esse contrato na Alemanha, com a presença do presidente Lula, em uma viagem que ele irá fazer.

Já consultei a minha bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores. Estamos de acordo com a inclusão do projeto em pauta e com a votação da matéria hoje, a fim de facilitarmos esse empréstimo para a Caesb, já que ele vai também ajudar na despoluição do rio Melchior, um rio que está morrendo.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Se todos concordarem, já incluo o Projeto de Lei nº 696/2023 como item extrapauta. Consulto os deputados se todos concordam com a inclusão. (Pausa.)

Muito obrigado.

Está incluído, como item extrapauta, o Projeto de Lei nº 696/2023.

O Luís Antônio Reis e a Grazi ainda estão aqui? (Pausa.)

Cumprimento o procurador da Caesb, doutor Luís Eduardo, que foi o nosso procurador-geral, procurador de carreira, um amigo de muitos anos. Obrigado, doutor Luís Eduardo.

Eu já tinha anunciado a presença do Luís Antônio. Ninguém presta atenção no que eu falo, só prestaram atenção quando o deputado Chico Vigilante falou. Vocês viram? O deputado Chico Vigilante tem muito mais moral, deputado Fábio Félix! Nossa senhora! Obrigado, deputado Chico Vigilante. (Risos.) O Luís falou: "Deixe que o deputado Chico Vigilante anuncie agora. Você anunciou e ninguém ouviu." (Risos.)

Obrigado, deputado Chico Vigilante. Obrigado, Luís, Grazi, Luís Eduardo. Obrigado, Chicão, que está aqui também.

Dando continuidade, convido o nobre deputado Fábio Félix a fazer uso da palavra.

Anunciando, deputado Fábio Félix e todos os deputados, que agora, às 16 horas, na SPU, está havendo uma reunião da DF Legal com representantes da Câmara Legislativa para tratar da relocação daquelas pessoas que estão no Setor Noroeste. Não sei se o deputado Fábio Félix conseguiu mandar uma pessoa para nos representar também. O deputado está representando não só o seu gabinete, mas também a Câmara Legislativa junto à SPU e à DF Legal.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco Parlamentar PSOL/PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Primeiro, quero agradecer a V.Exa., ao deputado Ricardo Vale, ao deputado Gabriel Magno e ao deputado Chico Vigilante, que participaram desse processo de discussão.

Eu tive a oportunidade, na sexta-feira, de visitar a ocupação do Noroeste, de entrar cerrado adentro e de conversar com as famílias. A situação realmente é de violação aos direitos humanos, de indignidade. As pessoas estão vivendo ali há décadas. Algumas moradoras vivem lá há 20 anos, antes da existência do próprio Setor Noroeste, dentro do cerrado, trabalhando da catação, com os seus direitos violados e sem alternativa apresentada pelo poder público.

Essa busca de solução, esse adiamento na remoção, na verdade, nada mais é do que a construção de uma alternativa política para aquela população que mais precisa e que está em situação de extrema vulnerabilidade. Esse precisa ser o olhar prioritário do Estado.

V.Exa., senhor presidente, agiu muito bem: enfrentou grandes interesses, conversou com diferentes agentes públicos, sensibilizou o governo para garantir que ganhássemos tempo. E o deputado Ricardo Vale está fazendo também uma grande articulação federal para buscarmos uma solução que seja definitiva; porque o que acontece hoje é o que V.Exa. já disse: removeram as pessoas do CCBB, fizeram uma operação caríssima com gasto de dinheiro público e, hoje, novamente, o CCBB está lotado de gente vivendo da catação.

Precisamos buscar uma solução. Ou entendemos que os autônomos que trabalham na catação na área central de Brasília precisam de um galpão para armazenamento do material ou não solucionamos o problema em definitivo e não garantimos alternativa para a população que mais precisa. Queria fazer esse registro que eu acho que é de justiça.

Presidente, eu queria trazer algumas pautas hoje à Câmara Legislativa, saudando a quem está na galeria. A primeira delas, quero dizer que tenho o máximo respeito à Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal. É uma carreira que estabeleceu uma luta, deputados, este ano, em defesa da assistência, da recomposição salarial e da reestruturação da carreira. Infelizmente, o Governo do Distrito Federal não ouviu essa categoria. A categoria começou se mobilizando, começou se reunindo com os secretários. Criou-se uma série de mesas de diálogo que eram inócuas, porque não tiveram como consequência propostas concretas para a carreira da assistência social.

Eu quero deixar registrado aqui, hoje, o nosso apoio completo à greve dos servidores da carreira da assistência. É mais uma greve que começa no DF e tem culpados, que é um governo que não apresentou proposta para a categoria.

A carreira da assistência social atua, hoje, em diversas áreas extremamente importantes para uma unidade da Federação desigual como o DF. Ela atua no Cras, atua no Creas, atua nas unidades de acolhimento. Ela lida com uma série de dificuldades sociais. São diferentes profissionais, e precisamos respeitar essa categoria.

Eu queria dizer do meu apoio à greve dos servidores da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal. Eu tenho a honra de já ter sido filiado ao Sindsasc, onde foi a minha primeira carreira, antes da separação da carreira socioeducativa. Contem com o nosso apoio nessa mediação com o governo e contem com o nosso apoio nessa luta.

Segundo, presidente, eu queria pautar nesta casa, hoje, uma situação extremamente grave. Ontem, a deputada Paula Belmonte, presidindo a Comissão de Fiscalização, convocou a secretária de Estado de saúde do DF. Ela se explicou sobre vários temas, mas algo muito grave nos foi apresentado pela secretária de saúde. A secretaria autorizou o Iges-DF a construir 60 leitos no Hospital Cidade do Sol sem passar pela Câmara Legislativa.

Sabemos, presidente, que a criação do Iges-DF foi uma polêmica nesta casa. Muitos de nós deputados somos contrários ao Iges-DF. E ele é responsável pelo Hospital de Base, pelo Hospital de Santa Maria e pelas UPAs. O Hospital Cidade do Sol é um anexo do Hospital Regional de Ceilândia.

Se o Governo do Distrito Federal quer ampliar o Iges-DF, ele tem que mandar projeto de lei para ser aprovado, não pode fazer por ofício. Isso está errado! Na nossa interpretação, isso que a secretaria e o governo estão fazendo é uma manobra administrativa para a ampliação do Iges-DF. Isso é perigoso, porque não fala contra deputado do governo ou da oposição; isso fala contra o papel do Poder Legislativo! Isso fala contra o presidente da Câmara! O deputado Robério Negreiros, líder do governo, é líder do governo hoje, mas, acima de tudo, é deputado, e aqui representa os seus eleitores.

Se o governo quer ampliar o Iges-DF, ele precisa enviar um projeto de lei para que haja a devida discussão nesta casa. Nós vamos questionar no Tribunal de Contas do Distrito Federal essa ampliação. Nós achamos que é uma ampliação irregular. Que o DF precisa de novos leitos é fato. É preciso haver novos leitos de retaguarda para atender a população. Hoje mesmo nós estávamos numa audiência pública sobre cuidados paliativos. Nós temos 28 leitos de cuidados paliativos, a maioria deles no Hospital de Apoio, e a necessidade é de 300 leitos. Isso é um absurdo e demonstra um problema estrutural na saúde do DF.

O Iges-DF já é um instrumento, do meu ponto de vista, que é uma aberração na gestão da saúde pública do DF. Ele foi aprovado aqui por lei específica. Se o governo quer fazer uma alteração, ele tem que fazer nova lei, e nós vamos questionar a Secretaria de Saúde em torno desse tema, porque achamos que a forma como a secretaria está fazendo abre um precedente muito grave, inclusive, para novas ampliações do Iges sem que esta casa de leis seja consultada da forma correta.

Nós temos, inclusive, aqui, diversos profissionais da saúde que poderiam ser nomeados para atuar imediatamente nesse serviço. Esta é a nossa luta: por nomeação e, como mandam os princípios do Sistema Único de Saúde, por comando único no SUS do Distrito Federal.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nobre deputado Fábio Félix. Agradeço a manifestação em favor dos servidores públicos, que tanto contribuem para a cidade.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Só venho aclarar essa guerra de narrativas em relação à questão da ampliação do Iges.

Não está havendo ampliação. O Hospital Cidade do Sol comporta 60 leitos de retaguarda, panorama 3, que são ofertados ao complexo regulador e são destinados aos pacientes que têm indicação de internação, todos oriundos das UPAs. O Hospital Cidade do Sol permanece como extensão do Hospital Regional da Ceilândia, sob a administração da pasta. Ele não está indo, em hipótese alguma, para o Íges. Digo isso só para que nós coloquemos a verdade dos fatos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Quero agradecer e registrar a presença dos estudantes e professores da Escola Classe nº 3 do Guará e da Escola Classe nº 6 de Santa Maria, participantes do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Sejam muito bem-vindos! Muito obrigado.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz pelo Bloco União Democrático.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Bloco União Democrático. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde aos nossos companheiros e companheiras. Uma ótima tarde também a todos os servidores da CLDF e aos presentes na galeria. Contem sempre com o nosso apoio.

Presidente, primeiramente, agradeço a oportunidade a Deus e ao nosso governador Ibaneis Rocha. Hoje, eu estive no Buriti, juntamente com a vice-governadora Celina Leão, onde foi assinado o decreto da poligonal do núcleo urbano de São Sebastião. Eu acredito que somente com a regularização fundiária é que todo o Distrito Federal vai avançar.

Presidente, eu quero lhe pedir autorização para mostrar um vídeo sobre o bairro Capão Comprido, em São Sebastião.

Pois bem, o bairro Capão Comprido, hoje, soma mais de 15 mil moradores. É um bairro que não tem saneamento básico, energia legalizada nem água encanada. É um bairro parecido com o Morro da Cruz, com o Zumbi dos Palmares e demais bairros.

Hoje, com a assinatura desse decreto... E eu não poderia deixar de agradecer ao Marcelo, da Seduh, que tem feito um trabalho de suma importância, juntamente, com sua diretoria; e, também, ao Marcelo, da Codhab e a toda a sua diretoria e equipe, que têm feito um trabalho e têm avançado muito na questão da regularização fundiária.

Quero passar uma mensagem positiva a todos os moradores, principalmente, os desse bairro maravilhoso, que é o Capão Comprido. Já há um parecer da Seduh que dá aval à Neoenergia Brasília para colocar energia nessa grande comunidade.

Presidente, eu quero agradecer ao senhor, que, como presidente desta casa de leis, tem nos orientado e ajudado. Agradeço também a cada companheiro.

Costumo dizer que a pessoa sozinha não consegue absolutamente nada, mas, quando há parceria, as coisas avançam – principalmente no Poder Legislativo e no Poder Executivo. Por isso, eu quero agradecer a todos os secretários.

Também estive com o presidente da Caesb, o senhor Luís Antônio Almeida, que deu uma notícia maravilhosa a todas as comunidades de São Sebastião e do Jardim Botânico: já foi assinada a ordem de serviço para a construção da adutora.

Presidente, quero agradecer a V.Exa. e a toda a equipe da Caesb – ao Chicão, pessoa de que eu gosto demais e que tem atendido as demandas sempre que o acionamos. Deixo um abraço a todos os servidores da Caesb. Podem contar com o nosso apoio.

Para finalizar, presidente, quero dizer que realmente o governador Ibaneis Rocha é o governador da regularização. Isso não dá para omitirmos. Pela regularização dessas áreas do Distrito Federal, da Ponte Alta e das demais áreas, nós precisamos nos dar as mãos.

Daqui a pouco, vai chegar a esta casa de leis a discussão sobre o PDOT. Quero pedir aos pares que, de fato, aprovemos esses projetos. É importante, sim, com muita responsabilidade regularizar todos os bairros já consolidados no Distrito Federal. É lógico que é preciso ter muita responsabilidade pela questão ambiental.

Quero dizer que São Sebastião está avançando, o Jardim Botânico está avançando e todo o Distrito Federal está avançando na regularização fundiária, deputado Joaquim Roriz Neto.

Quero também agradecer a todos os comerciantes e a todos os empresários. Neste último domingo, houve a maior festa pelo Dia das Crianças, de todos os tempos, no Morro da Cruz, com a presença de mais de 3 mil crianças. Então, só quero agradecer a cada um e ao meu grande Deus, por

me dar a oportunidade de promover a alegria do povo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz. Parabéns pelo evento das crianças, que, realmente, chamou a atenção do Distrito Federal. V.Exa. muito nos honrou. Muito obrigado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu pedi o uso da palavra, primeiro, para agradecer a V.Exa. pela felicitação pelo meu aniversário ontem. Muito obrigado. V.Exa. me ligou ontem e me parabenizou. Agradeço muito a V.Exa.

De forma especial, quero agradecer à Polícia Legislativa, que V.Exa. designou a me ajudar numa demanda. O pessoal da Polícia Legislativa é maravilhoso e tem feito um trabalho maravilhoso ao meu lado. V.Exa. tem acompanhado. Temos passado momentos de estresse muito grande, mas sabemos que Deus está no controle de tudo. O pessoal da Polícia Legislativa é extraordinário. Os meninos que têm andado comigo são educados e cuidadosos. Eles têm cuidado de mim de uma forma muito legal. Muito obrigado.

Quero fazer uma ressalva ao que disse o meu amigo deputado Rogério Morro da Cruz. Nós que estamos nas comunidades de ponta e que passamos pelo processo de regularização sofremos muito. Sofremos com a comunidade, deputado Fábio Félix.

Vou dar um exemplo. Na sexta-feira passada, um síndico me ligou porque o DF Legal embargou a guarita do condomínio. Como entender o embargo da guarita de um condomínio? Então, há necessidade de regularização.

Ontem, deputado Rogério Morro da Cruz, estive conversando com o governador e com o José Humberto sobre isso. Foi muito engraçado. Fui falar sobre o Assentamento 26 de Setembro e sobre Vicente Pires. Qual foi a minha surpresa? O governador estava assinando o contrato de 102 milhões de reais, com a Neoenergia, para instalar a rede de energia definitiva no 26 de Setembro.

Estamos caminhando para a regularização do trecho 2 de Vicente Pires, que é uma polêmica. Ontem, chegamos a 90% de adesão no trecho 2, referente aos 900 lotes que serão regularizados agora pela Terracap.

Conversa vai, conversa vem – deputado não perde oportunidade de pedir –, o governador deu para o Setor Habitacional Vicente Pires 2 pistas de patinação. Igual a elas só há 1, em Águas Claras. No Brasil só há 1 similar, que é em Águas Claras. O Setor Habitacional Vicente Pires ganhou 2, ontem, da Terracap.

Então, as comunidades estão sendo regularizadas. Somo-me a V.Exa., deputado Rogério Morro da Cruz. Eu conto com V.Exa., e V.Exa. conta comigo. Estamos trabalhando para a regularização dessas áreas porque nelas há pessoas de bem que, muitas vezes, são marginalizadas. As pessoas acham que elas são do mal, mas não são. São pessoas que moram nessas comunidades, precisam de moradia e dependem 100% do Estado. O Assentamento 26 de Setembro nunca dependeu tanto do Estado como depende agora. É uma comunidade de 50 mil pessoas.

Então, quero também, na mesma linha, agradecer ao governador Ibaneis e à vice-governadora Celina Leão, que estão em cima dessa pauta do 26 de Setembro e de Vicente Pires, e também ao nosso secretário de governo, doutor José Humberto.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nobre deputado Daniel de Castro.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco Parlamentar PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, minha fala é para fazer contraposição ao líder do governo, deputado Robério Negreiros, por quem tenho muito respeito, e à secretária de saúde, doutora Lucilene, que eu sei que é uma servidora de carreira da Secretaria do Estado de Saúde, por quem tenho muito respeito também.

Vejam bem, o que eles estão fazendo é criar, em outra estrutura predial, 60 leitos supostamente vinculados como retaguarda de UPA. Isso, do meu ponto de vista, é criação de leitos através do Iges por meio de uma manobra administrativa, porque eles não estão criando dentro das

UPAs, eles estão criando em outra estrutura predial, o Hospital Cidade do Sol, que inclusive é um hospital anexo ao Hospital Regional de Ceilândia.

Então, se o governo quer ampliar o Iges-DF... Inclusive, agora há um aditivo contratual. Se eu não me engano, são mais de 100 mil por mês para financiar esses leitos que eles estão chamando de leitos de retaguarda. Daqui a pouco, presidente, eles vão alugar um novo prédio, ou uma UBS, ou um outro hospital; vão criar leitos do Iges dentro dos hospitais e vão dizer que é leito de retaguarda.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco Parlamentar PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Eles vão pegar, deputado Robério Negreiros, uma sala dentro do HRAN, esvaziar, criar leito e dizer que é leito de retaguarda para a UPA. Isso é manobra, não dá para fazer isso.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco Parlamentar PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Se o governo quer criar novos leitos, o governo precisa enviar um projeto de lei. Eu nem estou dizendo que minha posição vai prevalecer. Minha posição pode até ser derrotada, mas, se o governo quer criar leito no Iges, quer ampliar o Iges, ele precisa respeitar a Câmara Legislativa e enviar um projeto de lei para ser discutido.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

Boa tarde a todos, boa tarde à escola classe do Guará e boa tarde aos servidores que estão esperando ser nomeados e convocados, o que é tão importante.

Eu quero começar falando do Iges, porque ontem nós também denunciemos isto na Comissão de Educação, Saúde e Cultura: o Iges hoje funciona como um organismo paralelo à Secretaria de Saúde, Deputado Robério Negreiros.

Há um documento assinado pelo Iges pedindo aditivo no contrato de hotelaria, alegando que o aditivo é porque já foi deliberada, nas instâncias internas do Iges, a ampliação para o Hospital Cidade do Sol. É um completo desrespeito não só com a Câmara Legislativa, mas também com os servidores e com a cidade.

Nós estamos denunciando aqui a falta de servidores há muito tempo, e o governo não apresentou solução. Os contratos temporários foram sendo encerrados, e não se nomeou ninguém. Há uma lista de nomeação, e até agora não há calendário de nomeação.

Nós já alertamos sobre isso. Se o governo do Distrito Federal estava apostando no caos para não convocar os servidores, ele agiu com enorme irresponsabilidade. Apostar no caos da saúde é usar a vida da população que hoje chega ao hospital, que hoje chega à UPA, e lá não há trabalhador, não há servidor. Apostar no caos é usar a vida dos próprios trabalhadores que estão adoecendo nas UPAs e nos hospitais. São essas as notícias que estamos vendo todo dia na imprensa. Não há atendimento porque não há servidor, e aqueles que estão lá estão adoecendo.

Então, é preciso, urgentemente, retomar o calendário de nomeação. Aqui há uma parcela desses que estão doidos para serem servidores públicos desta cidade. Tenho certeza de que cada um e cada uma tem compromisso com o SUS, tem compromisso com a escola pública, tem compromisso com a população do Distrito Federal. É disso que precisamos.

Quero tratar de um segundo tema: a eleição nas escolas públicas do DF que vai acontecer amanhã. Primeiro, é muito importante participarmos disso e votarmos, mesmo naquelas que só têm uma chapa.

Segundo, quero dizer mais uma vez, presidente, que o governo não ajuda. É impressionante a capacidade do Governo do Distrito Federal de atrapalhar as coisas. Já foi dito pelo deputado João Cardoso: ontem soltaram uma circular proibindo os temporários de estarem na mesa de apuração e na mesa eleitoral. Em princípio, pode-se até ter razão, mas quem deixou as escolas do jeito que elas estão hoje? Há escolas, deputados, que só têm temporários na regência. Os efetivos estão concorrendo. Quem ficaria na mesa? Ninguém! E não haveria eleição. Não haveria eleição amanhã, presidente.

Atrapalhados, tiveram que soltar uma circular hoje, de novo, corrigindo a Circular nº 28. É a Circular nº 29.

Então, o governo só atrapalha, não consegue nem ajudar. Essa eleição era para ser tranquila porque não há disputa política. É uma eleição para discutir projetos político-pedagógicos das escolas, das unidades. Até nisso o governo atrapalha. Ele atrapalha porque fez a opção de não nomear os professores e as professoras que estão esperando a nomeação no concurso público. Este ano estão previstas, na LDO, 6.200 nomeações. Cadê as nomeações? Eu já disse: isso é acordo da greve. O primeiro ponto da greve dos professores foi nomear imediatamente todos os aprovados. Cadê a nomeação? Agora vamos viver isto amanhã: não há professor efetivo na rede.

Por fim, para continuar na educação, presidente, quero lamentar mais um ataque que vimos no nosso país às escolas públicas. Ontem aconteceu em uma escola de São Paulo. Quero lamentar e prestar minha solidariedade não só àquela comunidade escolar, mas à família da jovem que foi assassinada. Lamento demais por aqueles que ainda insistem em defender o uso de armas. Temos que acabar de uma vez por todas com isso. A arma não tem que estar na mão da população. A arma na mão da população está resultando nesta infeliz tragédia, neste país, de mais uma escola que sofreu com um ataque desses. A solução não é essa.

Eu quero lamentar que neste final de semana o filho do inelegível passou vergonha mais uma vez, agora na Argentina, defendendo o uso de armas, e teve sua fala encerrada ao vivo, porque na Argentina ainda existe a consciência de que armas não resolvem o problema.

Inclusive, quero dizer que a família Bolsonaro vai perder de novo porque estão apoiando o candidato da extrema direita, que perdeu no primeiro turno e vai perder também no segundo turno, porque o fascismo e a extrema direita não vão avançar naquele país. O Brasil começou e a Argentina vai continuar essa agenda.

Eu quero lamentar profundamente a declaração do Bolsonaro de que na Argentina a solução são armas – diante de mais um ataque brutal. Também quero lamentar a postura do governador do estado de São Paulo, que deveria criar condições de evitar isso e hoje aparece publicamente com um broche de arma na gravata.

A solução contra a violência nas escolas não são mais armas. A solução é mais educação, são mais servidores públicos e mais investimento para garantir que dentro das escolas nossas crianças tenham boa alimentação, tenham aulas de qualidade e estrutura. Só se faz isso com investimento e com profissionais que entendem e que estudaram para serem trabalhadores da educação.

Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nobre deputado Gabriel Magno.

Concedo a palavra ao deputado Iolando.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, deputado Hermeto – que está elegante –, galeria presente, chego a esta tribuna para demonstrar minha inteira consternação e repúdio com o ato de vandalismo que aconteceu com a nossa Bandeira Nacional, esta que está aqui atrás de mim, a bandeira de todos os brasileiros; a bandeira símbolo de lutas; a bandeira que representa o povo do nordeste, o povo do norte, o povo do sul; a bandeira que representa todas as famílias, independentemente das suas ideologias; a bandeira que representa todos os cidadãos de bem deste país; a bandeira que é orgulho nacional para todos os brasileiros, não somente aqui, mas em todas as nações do mundo inteiro. Trouxe-me uma tremenda tristeza e indignação o ato de vandalismo, de crueldade, de agressividade com o nosso símbolo maior.

A Caixa Econômica Federal promoveu um ato – que agora suspendeu – de exposição de uma obra chamada *Bandeiras*. Eu até pedi para mostrar aqui os símbolos que eles usaram para denegrir a imagem da nossa bandeira, mas a obra é tão obscena, é tão vexatória, é tão vergonhosa de se expor, que fui aconselhado a não exibi-la no telão. Foi uma vergonha para o governo federal, que patrocinou isso por intermédio da Caixa Econômica, tirou dinheiro dos cofres públicos para pagar cada um dos artistas – pseudoartistas – que fizeram da nossa bandeira uma vergonha.

Eu quero deixar bem claro a todos que essa bandeira não é de um presidente da República, ou de um ex-presidente da República, nem dos ex-presidentes dos últimos 30, 40, 50, 60 anos, nem do atual. Ela não tem a titularidade de um presidente específico.

O que estão fazendo com a nossa bandeira brasileira é algo que causa repúdio, vergonha. Parece que as pessoas que estão fazendo isso, com o apoio do governo federal, não são brasileiros,

são de outra nacionalidade. Parece que a bandeira, que é do Brasil, de todos os brasileiros, não os representa; parece que não há representatividade na nossa bandeira. Por que isso?

Por que estamos vendo as pessoas queimarem, denegrirem, fazerem todas as atrocidades possíveis com a nossa Bandeira Nacional, que representa cada um de nós nas nossas diferenças – seja branco, seja negro, seja pobre, seja rico, seja político, seja agricultor, qualquer que seja a posição social?

Essa bandeira representa você brasileiro, e não o símbolo da maconha, não o símbolo da cocaína, não o símbolo do narcotráfico. Ela representa o sangue de cada um de nós; o sangue dos nossos pais, dos nossos avós, dos nossos antepassados que lutaram para que hoje nós tivéssemos a liberdade e a possibilidade de expressar as nossas falas com a democracia.

Não vamos deixar isso acabar porque parte de um governo – com nossos recursos, retirados do nosso bolso e investidos nessa vergonha, que se espalhou no mundo inteiro, até mesmo antes de ser repercutida e liberada – quer que isso não aconteça. Até que enfim, foi suspenso pela Caixa Econômica.

Vimos anteriormente uma campanha promovida pelo Ministério da Saúde, “Batcu”, em que pessoas se expunham, com dinheiro público federal, fazendo danças obscenas. E agora nós estamos vendo essa vergonha, pior que todos os ataques à democracia de todos os tempos; esse nojo, que foi essa atitude para com a bandeira brasileira.

Todos nós nos orgulhamos de usar essa bandeira. Todos se orgulham de proferir “ordem e progresso”, que nela está escrito, e das 27 estrelas, que representam os estados e o Distrito Federal.

Hoje nós estamos vendo uma exposição patrocinada, paga pela Caixa Econômica Federal, do governo federal. Uma vergonha! Meu repúdio a essa ação do governo federal, pela Caixa Econômica Federal, que causa essa vergonha a nós, a todos os brasileiros.

Acredito que todos estão envergonhados com essa ação do governo federal, com essa ofensa que eles fizeram a cada um de nós. Quando atingem a Bandeira Nacional, não atingem um clero, não atingem uma etnia, atingem todos nós brasileiros, porque, quando fomos registrados, temos ali a nossa nacionalidade, que diz que somos brasileiros. Temos que lutar pela honra da nossa pátria, que é esse símbolo de todos os brasileiros.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nobre deputado Iolando. Agradeço-lhe por ter atendido ao nosso pedido. Realmente, as fotos são impactantes, e nós, por respeito à sociedade, preferimos não colocá-las. Agradeço a sensibilidade do nosso deputado Iolando.

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Presidente, abro mão, para que possamos começar as votações.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Conforme havíamos conversado ontem, quero saber se podemos passar para a Ordem do Dia, conforme acordado. Todos concordam? (Pausa.)

Havendo acordo, declaro encerrados os Comunicados de Líderes e os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Faremos uma retificação da votação do segundo turno do Projeto de Lei Complementar nº 127/2022.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar nº 127/2022, de autoria do Poder Executivo, que “Estabelece sistema de classificação dos créditos inscritos em dívida ativa do Distrito Federal, suas autarquias e fundações, e dá outras providências”.

Aprovado em primeiro turno e segundo turno. Informo que a proposta não tramitou na CCJ.

Retorno o projeto para a pauta.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 127/2022, que “Estabelece sistema de classificação dos créditos inscritos em dívida ativa do Distrito Federal, suas autarquias e fundações, e dá outras providências”.

O parecer é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 20 deputados.

Ratifico a votação em primeiro e segundo turnos com 22 votos favoráveis e com 21 votos favoráveis respectivamente, bem como a sua redação final.

Nota de apoio à modernização administrativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal, trazida pela Asselegis e pela ACTL:

“A Associação dos Consultores Legislativos (ASSELEGIS) e à Associação dos Consultores Técnico-Legislativos manifestam, por meio desta nota, seu apoio à evolução e modernização administrativa da instituição, conforme delineado nos incisos IV e V e no parágrafo único do art. 12 da Lei n. 7.244/2023.

Em síntese, a antiga Assessoria Legislativa passa a ser chamada de Consultoria Legislativa, com o propósito de apoiar os parlamentares no processo legislativo, e a recém-criada Consultoria Técnico-Legislativa desempenhará o papel de apoiar os parlamentares no processo de fiscalização (controle externo) do Distrito Federal.

A Assessoria Legislativa – Assel, criada pela Resolução nº 89, de 1994, passa a ser denominada Consultoria Legislativa – Conlegis, órgão de consultoria e assessoramento institucional especializado, nas diversas áreas de conhecimento, às atividades legislativa, fiscalizatória e representativa, no âmbito do processo legislativo, inclusive em matéria orçamentária, vinculada à Mesa Diretora.

Já a Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária - CONOFIS será um órgão institucional de consultoria técnico-legislativa e assessoramento especializado, nas diversas áreas de formação específica, pesquisa e apoio aos processos de controle, de fiscalização e de acompanhamento de planos, programas e projetos, inclusive em matéria de execução orçamentária, no Distrito Federal, vinculada à Mesa Diretora.

Essa reestruturação das consultorias é resultado de um extenso diálogo promovido por um Grupo de Trabalho multidisciplinar, respeitando os critérios estabelecidos pela Lei n. 7.244/2023 quanto à competência administrativa de cada uma das Consultorias, com o objetivo de evitar sobreposição de atribuições entre os cargos de consultor legislativo e consultor técnico-legislativo.

Ambas as categorias enxergam essas mudanças como passos significativos para aprimorar a atuação administrativa da instituição, fortalecendo o suporte parlamentar e a assessoria às comissões.”

Assinam Aline Midori, presidente da Asselegis, e Lincoln Vitor, presidente da ACTL.

Consulto os líderes para saber se há acordo para superar o sobrestamento dos 241 vetos da Ordem do Dia e votarmos as demais proposições das sessões ordinária e extraordinária. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, passaremos ao próximo item.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 696/2023, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo prestar contragarantia à Garantia oferecida pela União, para a operação de crédito externo a ser realizada pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) junto ao KfW - Entwicklungsbank - Banco de Desenvolvimento Alemão e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões, a CDESCTMAT, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

A presidência designa a deputada Paula Belmonte para emitir parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

Solicito à relatora, deputada Paula Belmonte, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 696/2023, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo prestar contragarantia à Garantia oferecida pela União, para a operação de crédito externo a ser realizada pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) junto ao KfW - Entwicklungsbank - Banco de Desenvolvimento Alemão e dá outras providências".

Quero dizer que somos pela aprovação do projeto.

Aproveito esta oportunidade para dizer da importância desse projeto para que possamos levar água potável para toda a população. Nós estivemos na audiência em que a Câmara Legislativa foi à Fercal, e um dos pedidos daquela comunidade foi água potável.

Foi falado aqui, pelo deputado Chico Vigilante, a respeito do rio Melchior. Muitos, naquelas comunidades, estão bebendo água contaminada, e a Caesb tem feito o trabalho de levar água potável para aquelas pessoas.

Quero parabenizar o Governo do Distrito Federal e dizer que o parecer da nossa comissão é pela aprovação do Projeto de Lei nº 696/2023.

É o parecer, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nobre deputada Paula Belmonte.

Em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiramente quero dizer a V.Exa. que o que estamos votando aqui, agora, é um gesto político de todos os deputados distritais, porque é uma matéria de que tomamos conhecimento ontem e que não foi discutida no Colégio de Líderes. Eu acho que é um gesto político. Essa é uma demonstração, inclusive, de respeito à cidade e de fortalecimento da Caesb.

É importante dizer que é por isso que está toda a oposição em plenário, votando o projeto e, inclusive, concordando que ele entre em pauta nesse contexto. Faço esse primeiro registro.

O segundo registro é quanto ao valor. É um valor robusto de empréstimo.

É importantíssimo que a empresa Caesb, uma empresa pública que presta um serviço público, preste contas à sociedade e que seja muito clara sobre quais são os objetivos desse empréstimo, caso ele seja alcançado, pois ainda há várias etapas: ir para o Ministério do Planejamento, passar pelo Senado e passar pela Presidência da República. Caso isso seja concretizado, nós precisamos de muita transparência. A população precisa saber do plano de obras e das melhorias que vão impactar diretamente nela.

Esse é um gesto que fazemos hoje para cobrar, amanhã, essa transparência por parte da empresa, que é a Caesb, uma empresa que presta serviço à população do DF e que é um patrimônio público da população do Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Na sua pessoa, agradeço a todos os parlamentares que têm a sensibilidade de votar esse projeto de lei, hoje, conforme V.Exa. colocou. Não houve prazo para discutir o projeto, o prazo é exíguo para que se alcance o objetivo.

Esta Câmara Legislativa, mais uma vez, independentemente de questões ideológicas, dá uma demonstração de responsabilidade e de zelo com a coisa pública e com as necessidades daqueles que mais precisam.

Muito obrigado. Agradeço a todos os parlamentares por isso.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu quero reforçar não só a fala do deputado Fábio Félix, mas também acrescentar mais um pedido também. Esse é um gesto desta casa também de confiança na capacidade da gestão pública da Caesb. Que esse gesto que a Câmara Legislativa faz hoje de autorizar esse empréstimo também seja mais um compromisso, porque nós temos escutado em vários cantos da cidade – não só escutado, mas o governo tem operacionalizado isto – sobre a venda do patrimônio da cidade.

Quer vender a rodoviária agora, vendeu a CEB, e a população está sentindo isso na pele e no bolso, porque venta, a luz se apaga, e a conta fica mais cara. Então, que não vingue nenhum processo do governo – temos escutado isto – de tentar privatizar a Caesb, que seja também um pacto para que mantenhamos a Caesb pública, patrimônio e um direito do povo do Distrito Federal.

Eu quero fazer também este registro: nós vamos votar essa autorização, mas com a confiança de que a gestão – inclusive desse recurso, que é fundamental – fique na Caesb pública, do povo do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno. Mais uma vez agradeço a sua acessibilidade.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, designo o deputado Joaquim Roriz Neto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Joaquim Roriz Neto, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 696/2023, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo prestar contragarantia à Garantia oferecida pela União, para a operação de crédito externo a ser realizada pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) junto ao KfW - Entwicklungsbank - Banco de Desenvolvimento Alemão e dá outras providências”.

Tendo em vista que a proposição observa as exigências formais e materiais no âmbito desta comissão, fica claro que o Projeto de Lei nº 696/2023 atende os requisitos, mostrando-se de grande relevância e oportunidade.

Ademais, temos que a presente proposição se encontra adequada aos requisitos da logística formal, bem como se encontra apta a surtir os efeitos pretendidos.

Assim, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela aprovação e admissibilidade do Projeto de Lei nº 696/2023.

É o parecer, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, eu avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 696/2023, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo prestar contragarantia à Garantia oferecida pela União, para a operação de crédito externo a ser realizada pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) junto ao KfW - Entwicklungsbank - Banco de Desenvolvimento Alemão e dá outras providências”.

Adianto que o parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela admissibilidade da proposição, e eu gostaria de trazer um pequeno detalhamento sobre ela.

A proposição visa à obtenção de crédito no valor de 62 milhões e meio de euros, o que corresponde aproximadamente a 330 milhões de reais, dentre os quais 273 milhões serão utilizados para melhorar as estações de tratamento de esgoto do Melchior, Paranoá, Recanto das Emas, Brazlândia, Gama Norte e Sul, o que certamente trará benefício para a nossa população.

Por isso, eu gostaria de deixar aqui uma saudação ao presidente Luís Antônio, da Caesb, e exarar o parecer da Comissão de Constituição e Justiça no sentido de admitir a proposição para que ela siga o seu trâmite natural.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 deputados.

Está aprovado.

Em discussão o Projeto de Lei nº 696/2023, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, para as pessoas que estão assistindo a esta sessão, informo que este projeto, trazido a esta casa pelo presidente da Caesb, o doutor Luís Antônio Almeida Reis, está fazendo com a Caesb o que deveriam ter feito com a CEB. Em vez de terem vendido a CEB na bacia das almas para dar o lucro que ela está dando hoje para a iniciativa privada, deveriam tê-la fortalecido pegando empréstimo, como estão pegando para a Caesb.

Esse banco que vai emprestar o recurso, o KfW, é um banco parecido com o BNDES no Brasil. Portanto, é um banco com juros baixos e que vai financiar essa infraestrutura aqui no Distrito Federal. Eu só espero – e vamos estar vigilantes – que, depois que a Caesb estiver bastante capitalizada e cumprindo seu papel, não venha o governador Ibaneis querer vendê-la, como vendeu a CEB Distribuidora.

Portanto, estamos aprovando o projeto hoje, na maior boa-vontade, mas é preciso que esta casa, eu repito, esteja vigilante para não permitir que o governo venha querer vender a Caesb, que é uma empresa pública fundamental para a população do Distrito Federal: para a água tratada, o

tratamento de esgoto, enfim, para a cidade, para a saúde.

Esse investimento é um investimento em saúde, porque, havendo água tratada e esgoto tratado, haverá menos pessoas adoecendo no Distrito Federal. É por isso que a nossa bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores, mesmo sendo de oposição ao governo Ibaneis, concordou com a tramitação urgente deste projeto e vai votar a favor dele.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nobre deputado Chico Vigilante. Agradeço.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Sem partido. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, sem sombra de dúvida eu irei votar favoravelmente a este projeto, que é de suma importância, mas quero deixar registrado que o Residencial Vitória, um bairro antigo de São Sebastião, precisa de saneamento básico e de água para todos. Então, quero pedir ao presidente da Caesb que tenha um olhar especial para toda aquela região. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz. Este é o nosso objetivo, levar água a todos os locais, principalmente àqueles que mais precisam.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, serei rápido. Quero aproveitar que o presidente da Caesb está aqui. Conte com o nosso apoio, votaremos favoravelmente ao projeto, mas que o senhor também ponha no radar o 26 de Setembro, uma comunidade em que a água ainda vem de poço artesiano ou de cisterna. Ponha-o no radar da Caesb, por gentileza. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pepa.

DEPUTADO PEPA (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, já que começou a choradeira, eu vou chorar, meu filho.

Está ouvindo, presidente da Caesb? Já que começou a choradeira, eu vou chorar. Lá na região de Planaltina, estou precisando de esgoto em bairros, como a Estância Mestre D'Armas, que nós chamamos lá de Estância da Barreira. Historicamente, lá não tem esgoto. Nós estamos da capital do Brasil, e esgoto a céu aberto em uma comunidade como aquela não pode acontecer.

Vamos lá, Caesb. Eu vou chorar também, nos ajude. Vamos para cima. O compromisso aqui com o presidente é com a Estância Mestre D'Armas, lá na Paróquia Santa Luzia, em Planaltina.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu sou testemunha de V.Exa. Eu vou ficar na cola do Luís. Deixe comigo. Vou ficar na cola dele e da Grazi, que está ali. Obrigado.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 deputados. Houve 4 ausências.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 245:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 664/2023, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 12.318.479,00".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 664/2023, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 12.318.479,00”.

O projeto visa a abrir créditos assim discriminados: R\$6.000.000,00 a favor do DER, destinados a atender despesas com a aquisição de insumos para obras de pavimentação na região da Ponte Alta, Gama; R\$6.285.584,00 destinados a favor da Funap, destinados a atender despesas com o pagamento da Bolsa Ressocialização, auxílios alimentação e transporte de educandos; R\$10.895,00 em favor do Ibram, destinados a atender despesas com a XI Semana da Saúde e Segurança do Trabalho; e R\$22.000,00 em favor da Administração Regional do Cruzeiro, destinados à execução de obras de calçadas e remanejamento de poste de energia elétrica.

Sobre o aspecto da adequação financeira e orçamentária, não encontramos obstáculos que possam inviabilizar a aprovação da proposição, razão pela qual votamos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 664/2023.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 664/2023, em 1º turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 244:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 462/2023, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, que institui no Distrito Federal o imposto sobre a propriedade de veículos automotores, e a Lei nº 3.830, de 14 de março de 2006, que dispõe quanto ao Imposto sobre a Transmissão “Inter Vivos” de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos - ITBI.”.

Em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, é só para ressaltar a importância desse projeto para o setor produtivo do Distrito Federal, para as agências que compram e vendem veículos. Estivemos em um evento – o almoço do Lide –, V.Exa. estava palestrando. Todos os deputados que estavam lá foram instados a participar dessa proposição de maneira mais ativa e mais célere.

Eu quero dizer que ela atinge não só o setor produtivo, mas atinge a população de maneira geral, porque esse projeto de lei que estamos votando agora diz o seguinte: “As parcelas vincendas de IPVA ficarão a cargo do pagamento apenas do adquirente”. Ou seja, se eu vender um carro hoje, as parcelas vincendas do IPVA não poderão ser cobradas de mim depois, como vem sendo feito. Há

milhares de pessoas em Brasília com seu nome sujo por conta de débitos de IPVA que aconteceram depois de elas terem vendido o carro. O mesmo vale para as parcelas de ITBI.

Então, o que estamos fazendo hoje é dizer que o adquirente é que é responsável pelas parcelas vincendas e não o vendedor. Estamos tirando da solidariedade no polo passivo dessa obrigação tributária aquela pessoa que vende o carro ou o imóvel.

Então, essa é uma lei muito importante para a população do Distrito Federal. Eu parablenizo V.Exa. por ter pautado o projeto com a celeridade que ele merecia, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni. Também acho que esta casa presta um excelente serviço à população, fazendo justiça, mas quero aqui, publicamente, parabenizar o Neto, presidente da Agenciauto, que fez a articulação, que trouxe isso para nós junto com o Kleber Pires. Então, em nome de vocês, quero agradecer a todo o setor. Não tenham dúvidas de que, de fato, é um projeto importante para Brasília.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Presidente, o Neto, inclusive, telefonou-me ontem para saber se o projeto seria pautado. Ficou marcando em cima. (Risos.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Botou pressão danada. Quase perdi os cabelos com a pressão do Neto, mas valeu. Parabéns, Neto.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Então deixamos um abraço para o Neto, para todo o pessoal do setor produtivo. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, amigo. Parabéns, este é um projeto extremamente importante para o Distrito Federal.

Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental. (Palmas.)

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Consulto os líderes para saber se há acordo para votarmos a retificação do Projeto de Lei Complementar nº 25/2023, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no Distrito Federal e dá outras providências”.

Lembro que o secretário Marcelo Vaz está presente para tirar eventuais dúvidas. Agradeço a presença do secretário.

Havendo acordo...

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 25/2023, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no Distrito Federal e dá outras providências”.

Quero solicitar muita atenção aos deputados porque estamos corrigindo uma matéria extremamente importante para todos do Distrito Federal.

Aprovada, em primeiro e segundo turnos, a redação final, nas sessões ordinária e extraordinária de 10 de outubro de 2023.

Conforme nota técnica da Comissão de Constituição e Justiça, retornamos o projeto para a pauta para realizar algumas retificações necessárias, diante da incompatibilidade na aprovação de algumas emendas.

Realizaremos 2 etapas de votação, conforme descrição a seguir:

Primeira etapa: informo que foi aprovada, nas comissões, a Emenda nº 45, que suprime o art. 21 da proposição. Como consequência, serão necessárias a votação e a rejeição das Emendas nºs 4, 5,

6 e 83, todas alteram o art. 21.

Segunda etapa: informo que a Emenda nº 82, que suprime os art. 66 e 67, foi aprovada em todas as comissões. Conforme acordo de líderes, a Emenda nº 82 deverá ser rejeitada por incompatibilidade no texto final.

Em consequência, a Emenda nº 24 deverá ser prejudicada, pois trata dos art. 66 e 67. Nesse sentido, será necessária a rejeição das 2 emendas, Emenda nº 82 e Emenda nº 84.

Tendo em vista a rejeição da Emenda nº 82, será necessária a votação e a aprovação das Emendas nºs 22, 23 e 87; todas tratam dos art. 66 e 67, que passaram a integrar o texto final do projeto.

Nos termos do art. 97, IV, do Regimento Interno, ficam destacadas as Emendas nºs 4, 5, 6, 22, 23, 24, 45, 82, 83 e 87.

A primeira votação é destinada à aprovação da Emenda nº 45, destacada.

Em discussão a Emenda nº 45, destacada. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu quero discutir e já justificar o meu voto novamente pela abstenção, porque esse foi um dos motivos que justificou o nosso voto na última votação, no segundo turno, porque o processo todo foi muito confuso, foi muito atropelado.

Era possível e necessário haver mais debates, haver as audiências públicas. E ainda houve – que é fruto, inclusive, do que nós estamos votando hoje – uma mudança de entendimento sobre construções, porque foram apresentadas emendas novas no segundo turno, foram destacadas emendas aprovadas no primeiro turno – coisa que eu nunca tinha visto antes nesta casa.

Vários dos instrumentos, das medidas que nós apresentamos para tentar tornar o texto menos pior do primeiro para o segundo turno... Eu não sei o que aconteceu no plenário aquele dia, mas houve alguma mudança, e está gerando agora contradição nas próprias emendas.

Eu repito que nós não temos confiança no conjunto do texto aprovado no PLC nº 25/2023, porque ele retira desta casa uma prerrogativa fundamental, que é a de legislar e de fiscalizar. Nós transformamos o Poder Legislativo, no caso do parcelamento do solo, num carimbador das decisões da Seduh e do Poder Executivo.

Eu não vou votar – também nas emendas – por divergências quanto ao mérito, mas, mais uma vez, por divergência na forma e no método como foi aprovado e tramitado o PLC nº 25/2023 nesta casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Continua em discussão.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Presidente, como líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Como líder do governo. Para encaminhar votação. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria só dar a orientação à base. A liderança de governo faz orientação pelo acordo, pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, líder.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, na verdade, o que nós estamos votando foi acertado ontem, no Colégio de Líderes, é a rejeição das emendas que não deveriam ter vindo ao Plenário naquele dia. Então, nós estamos corrigindo o erro cometido no projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É isso, deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Só para ficar claro para as pessoas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Foi o entendimento a que o Colégio de Líderes chegou ontem. Tem toda razão V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Exatamente. Só para a população que está nos acompanhando saber efetivamente o que nós estamos votando.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Importante o destaque do deputado Chico Vigilante. Só um minutinho, deputado, vamos concluir o processo de votação e já passo para V.Exa.

Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 2 ausências.

Está aprovada a Emenda nº 45.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu quero agradecer a este Plenário, que faz essa correção no texto. Essa emenda é de minha autoria. A Emenda nº 45 faz essa correção no texto e faz com que, cada vez mais, nós valorizemos o empreendedor. Que nós possamos realmente fazer com que as nossas terras sejam regularizadas e que essas terras possam ter cada vez menos burocracia para que possamos ter esse bem em garantia ao cidadão! Quem ganha com uma emenda dessas é todo brasileiro.

Então, eu quero agradecer este Plenário, que fez essa correção. Agradeço principalmente ao deputado Thiago Manzoni, que fez um estudo da constitucionalidade disso. Nós realmente chegamos à conclusão de que essa emenda era necessária. Isso traz uma resposta para a não grilagem de terra aqui no Distrito Federal: a supressão do art. 21, que ia tributar mais ainda o bom empreendedor. Então, eu quero agradecer por isso, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada.

Segunda votação destinada à rejeição das Emendas nºs 4, 5, 6 e 83.

Procederemos à votação em bloco das emendas destacadas, salvo manifestação contrária dos senhores líderes e parlamentares.

Em discussão, as Emendas nºs 4, 5, 6 e 83. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando as emendas; os que votarem “não” estarão rejeitando-as.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, como líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Como líder do governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O acordo é pela rejeição. É a orientação da liderança do governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Então, votem “não”.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 1 voto favorável, 21 votos contrários. Houve 2 ausências.

As Emendas nºs 4, 5, 6 e 83 foram rejeitadas.

Segunda etapa.

Primeira votação destinada à rejeição das Emendas destacadas nºs 82 e 24.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, como líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros para encaminhar a votação.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Como líder do governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, orientação para votação das Emendas nºs 82 e 24: o acordo é pela rejeição. Votar “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão as emendas destacadas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando as emendas; os que votarem “não” estarão rejeitando-as.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos contrários e 1 abstenção. Houve 2 ausências.

As Emendas nºs 82 e 24 foram rejeitadas.

Segunda votação destinada à aprovação das Emendas destacadas nºs 22, 23 e 87.

Em discussão as emendas destacadas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, como líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros para orientação de votação.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Como líder do governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, orientação para votação das Emendas nºs 22, 23 e 87: o acordo é pela aprovação. Votar “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Peço à assessoria da mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando as emendas; os que votarem “não” estarão rejeitando-as.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis e 1 abstenção. Houve 4 ausências.

As Emendas nºs 22, 23 e 87 estão aprovadas.

Ratifico as votações em primeiro e segundo turnos, com 22 votos favoráveis, e 1 abstenção, respectivamente, bem como a redação final.

Em atendimento ao Requerimento nº 3.460/2022, convoco as senhoras e os senhores deputados para a sessão extraordinária de hoje, com início imediato após esta sessão ordinária, para discussão e votação em segundo turno dos seguintes projetos:

– Projeto de Lei nº 696/2023, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Poder Executivo prestar contragarantia à Garantia oferecida pela União, para a operação de crédito externo a ser realizada pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) junto ao KfW - Entwicklungsbank - Banco de Desenvolvimento Alemão e dá outras providências”;

– Projeto de Lei nº 664/2023, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 12.318.479,00”;

– Projeto de Lei nº 462/2023, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, que institui no Distrito Federal o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, e a Lei nº 3.830, de 14 de março de 2006, que dispõe quanto ao Imposto sobre a Transmissão “Inter Vivos” de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos - ITBI”.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 17h27min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

Abin – Agência Brasileira de Inteligência

ACS – Agente Comunitário de Saúde

ACTL – Associação dos Consultores Técnico-Legislativos da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Agenciauto – Associação das Empresas Revendedoras de Veículos do Distrito Federal

Asselegis – Associação dos Consultores Legislativos da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Caesb – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

CCBB – Centro Cultural Banco do Brasil

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça

CDESCTMAT – Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo

CEB – Companhia Energética de Brasília

CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças

CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal

Codhab – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal

Cras – Centro de Referência de Assistência Social

Creas – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DER – Departamento de Estradas de Rodagem;

Detran-DF – Departamento de Trânsito do Distrito Federal

DF Legal – Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal

Funap – Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso;

HRAN – Hospital Regional da Asa Norte

Ibram – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal.

Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégia de Saúde do Distrito Federal

IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

Lide – Grupo de Líderes Empresariais

PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial

PLC – Projeto de Lei Complementar

PPGE – Carreira de Políticas Públicas e Gestão Educacional

RA – Região Administrativa

SAE – Sindicatos dos Trabalhadores em Escolas Públicas no Distrito Federal

Seduh – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

Sindsasc – Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural

SPU – Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal

SUS – Sistema Único de Saúde
UBS – Unidade Básica de Saúde
UPA – Unidade de Pronto Atendimento



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 25/10/2023, às 16:50, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 Código Verificador: **1400334** Código CRC: **8B815A2A**.